

LUIZ, Simone Weide; HENTZ; Maria Izabel de Bortoli; FRONZA, Cátia de Azevedo; PACHECO, Alice Virgínia de Oliveira. A BNCC e o ensino de leitura e escrita no primeiro ano do Ensino Fundamental: o trabalho do professor. *ReVEL*. vol. 17, n. 33, 2019. [www.revel.inf.br]

A BNCC E O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: O TRABALHO DO PROFESSOR

BNCC and reading and writing teaching in the first year of elementary school: the teachers' work

Simone Weide Luiz¹

Maria Izabel de Bortoli Hentz²

Cátia de Azevedo Fronza³

Alice Virgínia de Oliveira Pacheco⁴

simonewluz@hotmail.com

mihentz@gmail.com

catiaaf@unisinos.br

alicevop@gmail.com

RESUMO: A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) surgiu para nortear a educação brasileira, indicando as habilidades esperadas para cada ano do ensino básico, sem definir um método específico a ser aplicado e executado pelos professores. Este estudo busca realizar uma breve análise do trabalho do professor, sob a perspectiva de Bronckart e Machado (2004), em relação ao uso da BNCC como texto prescritivo para o seu agir. Os autores acreditam que analisar textos referentes ao trabalho do professor pode contribuir para melhor compreensão sobre a sua atividade, em relação ao seu agir concreto ou em relação às representações que se constroem socialmente sobre o docente. Para conhecer um pouco essa realidade, são apresentados relatos de professores de 1º ano, da rede municipal de município da serra gaúcha, que participaram de formação docente, cujo tema era a BNCC e sua implementação em 2019. Os docentes que demonstraram opinião a favor da Base disseram que o professor deve buscar alternativas para que os objetivos do documento sejam atingidos, adaptando os conteúdos propostos às diferentes realidades. No entanto, a maioria dos docentes expôs que a BNCC tem um texto bastante interessante e atrativo, mas carece de mais orientações para usar o documento de modo qualificado. A partir do que dizem os professores mencionados, para que a BNCC seja bem utilizada, os cursos de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, técnica em assuntos educacionais do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS.

² Doutora em Linguística, docente da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

³ Doutora em Letras, docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

⁴ Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG, docente das Redes Municipais de Caxias do Sul e Farroupilha/RS.

licenciatura deveriam adequar seus currículos às propostas da Base, e o trabalho do professor deveria ser mais enfatizado.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; trabalho docente; ensino de leitura e escrita.

ABSTRACT: The BNCC (National Curricular Common Base) was created to guide Brazilian education, indicating the skills expected for each year of basic education, without defining a specific method to be applied and performed by teachers. This study aims at analyzing teachers' work, from the perspective of Bronckart and Machado (2004), regarding the use of the BNCC as a prescriptive text for teachers' action. The authors believe that analyzing texts related to teachers' work can contribute to a better understanding of their activity, in relation to their concrete action or in relation to the representations that are built socially on the teacher. To understand this reality, reports of 1st grade public schools' teachers from a small city in Rio Grande do Sul, Brazil are presented. They participated in a teacher training, whose theme was the BNCC and its implementation in 2019. Teachers who have expressed their opinion in favor of Base said that the teacher should find alternatives so that the objectives of the document are reached, adapting the contents proposed to the different realities. However, most teachers have pointed out that the BNCC has a rather interesting and attractive text, but they need more guidance to use the document. From what the teachers said, to be able to use BNCC in the best way, undergraduate courses should adapt their curricula to the BNCC's proposals, and the teacher's work should be more emphasized.

KEYWORDS: BNCC; teachers' work; teaching reading and writing.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o momento que uma criança aprende a ler e a escrever é de imensa importância, pois é a partir dessa etapa que ela começa a interagir mais com o mundo letrado. Quando as crianças ingressam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, verifica-se uma grande ansiedade por parte delas, de suas famílias e há uma imensa responsabilidade por parte dos professores, que são os profissionais a fornecerem todas as ferramentas necessárias para que esse período transcorra da melhor forma e para que o resultado seja sempre o esperado: sair do primeiro ano do Ensino Fundamental lendo e escrevendo.

A responsabilidade do professor aumenta mais ainda quando se pensa nas novas teorias e formas de ensinar. Deve-se considerar também que o mundo todo está mudando em relação às práticas sociais que requerem conhecimentos de leitura e escrita, principalmente no que tange às novas tecnologias e, conseqüentemente, nas novas propostas pedagógicas. Contudo, apesar da quantidade de estudos e das mudanças, questiona-se por que muitas crianças ainda não estão aprendendo a ler e a escrever durante os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Muito se fala que a qualidade da educação brasileira está aquém do esperado. Segundo Cury (2010), retrata-se a qualidade da educação escolar como negativa,

mostrando-se mais como não se tem essa qualidade do que como ela deve ser. Conforme o autor, deve-se pensar a não-qualidade como a falta de escolas, a falta de vagas, a desigualdade social, a discriminação, as repetências sucessivas, que resultam na evasão e no abandono. Além disso, o autor complementa que são necessários tanto avanços de conhecimento em relação à avaliação educacional, quanto em relação a gestão democrática, contextos e recursos.

Também se questiona em relação à escolha de um método que seja o mais apropriado para o ensino da leitura e da escrita. Conforme Soares (2003), durante décadas, houve a busca por um método de ensino, como o silábico, o global, o fônico ou um método misto. Todavia, a autora é a favor não de se pensar na escolha de um método, mas sim de se considerar o aprendiz como o centro do processo. Com essa ideia de propor que a qualidade do ensino brasileiro passe por um processo de organização e discussões surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Com o intuito de melhorar não só a qualidade do ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a BNCC (Brasil, 2015; 2016; 2019) veio para nortear a educação brasileira, indicando as habilidades esperadas para cada ano do ensino básico. Ela aposta no letramento como um meio para que a educação atinja a qualidade esperada. Pensando no conceito do termo “base” adotado, a BNCC deve ser considerada suporte, a ser adaptada a cada realidade.

A proposta da BNCC é a de que ela sirva para orientar a elaboração das aprendizagens referenciais curriculares das escolas, com a participação de professores, para organizar os conteúdos a serem ministrados em cada ano escolar, a partir dos eixos temáticos definidos pelo documento. Em Língua Portuguesa, para o primeiro ano, por exemplo, os eixos são leitura, escrita, análise linguística/semiótica e oralidade.

O presente estudo busca trazer uma breve reflexão sobre a BNCC, com foco em seu uso por professores alfabetizadores, levando em conta a sua opinião, quando traz o exemplo dos professores da rede municipal de ensino de um município da serra gaúcha, e considerando o trabalho do professor nos textos prescritivos, a partir da perspectiva de Bronckart e Machado (2004), já que a BNCC diz, em sua apresentação, que irá alterar a desigualdade da Educação Básica brasileira e

é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base (Brasil, 2019: 5).

A partir da ideia da BNCC utilizada como influência para a formação inicial e continuada para os professores, neste artigo busca-se suporte em estudos sobre o ensino considerado como trabalho, para pensar sobre o uso deste texto prescritivo, a BNCC, pelos professores para a preparação de suas aulas.

Como exemplo prático do trabalho docente, serão apresentados registros de uma formação de professores, realizada no início do ano de 2019, ministrada por uma das autoras deste artigo a professores de turmas de 1º ano da rede municipal de município da serra gaúcha. A formação foi solicitada pelo Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação, com auxílio de uma das professoras de 1º ano, também autora deste artigo.

O contato entre a ministrante da formação e o Departamento Pedagógico iniciou em 2018, quando iniciou seu projeto de tese de doutorado com dados de escolas do município. Um dos principais objetivos da tese é verificar os motivos de alguns alunos não apresentarem o desempenho de leitura e escrita dentro do esperado para a sua idade. A pesquisa está sendo realizada com professores de turmas de 1º ano da rede municipal em questão.

Também a pedido da Secretaria de Educação do município, o tema da formação foi a BNCC, já que, desde o início de 2019, os professores vêm utilizando de fato os referenciais organizados a partir desse documento para a preparação de suas aulas. Dessa forma, acreditou-se que o tema seria bastante relevante para ser trabalhado já na primeira formação do ano.

Neste artigo, inicialmente, há uma contextualização sobre a BNCC e sua criação, principalmente em relação ao primeiro ano do Ensino Fundamental, observando os métodos de ensino que a permeiam. Além disso, são apresentadas algumas diferenças entre as versões do documento. Logo após, é descrita a formação de professores de 1º ano, realizada no início do ano letivo de 2019, com os principais comentários dos professores sobre o documento em relação ao trabalho docente. Em seguida, com base nos estudos de Bronckart e Machado (2004), é verificado como o trabalho do professor é identificado na BNCC, considerada, de acordo com os autores, como texto prescritivo.

1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO ENSINO FUNDAMENTAL: A LÍNGUA PORTUGUESA NO 1º ANO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi criada para contribuir com o planejamento docente. Os professores vêm sendo orientados a utilizar a BNCC para cada ano escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2019: 9).

De acordo com Azevedo e Damasceno (2017), a BNCC deve ser uma orientação para a formação inicial e continuada de docentes e uma forma de apoio para a criação de materiais didáticos, como, por exemplo, livros e materiais audiovisuais. No entanto, a implementação da base é um grande desafio, considerando as diferentes regiões brasileiras, com mais de dois milhões de professores, com suas diversidades, particularidades e necessidades.

As aprendizagens essenciais que constam na BNCC buscam atender às demandas de sistemas nacionais de avaliação, como a Prova Brasil, a Provinha Brasil e o ENEM, fortalecidos com a implementação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007. Para atingir o índice esperado, deve haver a implementação de práticas pedagógicas e formação de professores, de forma imediata (Azevedo; Damasceno, 2017).

No caso do primeiro ano do Ensino Fundamental, foco deste estudo, para cada componente curricular (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História e Ensino Religioso), a BNCC aborda os campos de atuação, as práticas de linguagem, os objetos de conhecimento e as habilidades, além de comentários e possibilidades para o currículo, como material suplementar para redatores (Brasil, 2019).

Em relação a metodologias de ensino, a BNCC não define um método de alfabetização a ser aplicado e executado pelos professores (um “como fazer” metodologicamente para as crianças se alfabetizarem). A base define que a criança estará alfabetizada se, ao longo do processo, construir as habilidades de:

Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação); Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script); Conhecer o alfabeto; Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; Dominar as relações entre grafemas e fonemas; Saber decodificar palavras e textos escritos; Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras; Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento). (Brasil, 2019: 93).

Essas capacidades/habilidades, segundo a nova base, deverão ser construídas pelo aluno até o segundo ano do Ensino Fundamental.

Dentre os métodos mais conhecidos de alfabetização no Brasil estão o analítico (analisa o todo, a palavra, frase ou texto); o sintético (ocorre por meio de letra por letra e sílaba por sílaba e palavra por palavra); e o modelo construtivista (define os níveis de alfabetização: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético). Esses níveis orientam o professor nos novos desafios que ele irá propor ao seu aluno (Soares, 2018).

Independentemente do método, a criança deve reproduzir adequadamente todos os fonemas de uma palavra, caracterizando a escrita convencional. A criança deve dominar o valor das letras e sílabas e, na leitura, compreender o que lê e reconhecer a finalidade do texto lido por ela. O que a BNCC propõe, independentemente da metodologia, é tornar essa alfabetização significativa, por meio de práticas pedagógicas que estejam contextualizadas com as vivências sociais dos alunos, acreditando, dessa forma, que são parte atuante na construção de seu próprio conhecimento, sem definir para isso um método específico. Os métodos, ou a mistura deles, como qualquer prática pedagógica, foram se modificando com o passar dos tempos, adaptando-se às novas necessidades sociais.

Não há dúvidas de que a escrita e a leitura são práticas sociais que se naturalizaram, mas não são inatas, por isso precisam ser ensinadas. Soares (2018) compara a aquisição da fala (língua materna) com o ensino da escrita, considerando que

[...] a aprendizagem da escrita não é um processo natural, como é a aquisição da fala: a fala é inata, é um instinto; sendo inata, instintiva, é naturalmente adquirida, bastando para isso que a criança esteja imersa em ambiente em que ouve e fala a língua materna. A escrita, ao contrário, é uma invenção cultural, a construção de uma visualização dos sons da fala, não um instinto". (Soares, 2018: 45).

Diante de tais pressupostos, vê-se a importância de pensar a alfabetização de forma significativa e, principalmente, os procedimentos pedagógicos mais adequados

nessa etapa do Ensino Fundamental. Nesta fase, dá-se suporte para todas as aprendizagens seguintes da vida escolar do estudante em todas as áreas do conhecimento.

Ao se considerarem as visões das diferentes versões da BNCC, no que diz respeito à aquisição da leitura e da escrita, serão destacados aspectos da disciplina de Língua Portuguesa para o primeiro ano do ensino fundamental, área das “Linguagens”.

Na primeira versão da BNCC (Brasil, 2015), orienta-se o professor a um trabalho com vistas a desenvolver o letramento, como condição de participação nas mais variadas práticas sociais que envolvem a escrita. Essa visão relaciona-se à construção de saberes múltiplos conectados com a moderna sociedade tecnológica, com autonomia para a leitura de materiais de diversos campos e suportes, além da produção de diferentes modalidades de textos, com diversos propósitos comunicativos. A versão de 2017 da BNCC reconhece que os conhecimentos humanos se constroem por “[...] ações intersubjetivas, geradas em atividades coletivas, pelas quais as ações dos sujeitos são reguladas por outros sujeitos”. (Brasil, 2017, p. 59). Assim, percebe-se que, em ambas as versões, há a ideia de interdisciplinaridade (Azevedo; Damasceno, 2017).

As escolas devem tentar trabalhar para que as ideias principais da BNCC sejam efetivamente implementadas em seus currículos, pois, conforme Azevedo e Damasceno (2017), havia a necessidade de um documento que servisse de norte para os professores, não contendo apenas

descrições, adições e subtrações de temáticas linguísticas, literárias, cotidianas, investigativas, mas também de uma base curricular e metodológica capaz de subsidiar a heterogeneidade e o dinamismo necessários às aulas de língua portuguesa (op. cit.: 88).

No entanto, segundo Azevedo e Damasceno (2017), deve-se tomar cuidado para que as práticas docentes não se tornem mais limitadas ao seguir apenas os assuntos contidos na BNCC. Deve haver abertura para que haja a expressão das linguagens regionais, com planejamentos condizentes às realidades, e eficácia de leitura e produção textual em diversas áreas, observando os multiletramentos globais e locais.

A BNCC deve cumprir seu papel, que é o de trabalhar com os conhecimentos e habilidades dos alunos, fornecendo ferramentas para que eles desenvolvam a capacidade de ter atitudes e desenvolver valores que os auxiliem nas suas demandas diárias. Busca-se, com a base, além do desenvolvimento intelectual dos alunos, o desenvolvimento físico, social, emocional e cultural.

2 A BNCC NA PRÁTICA: COMO OS PROFESSORES DE 1º ANO VEEM O DOCUMENTO

Sabe-se que a BNCC surgiu com a ideia de melhorar a qualidade da educação brasileira, que, conforme já mencionado e observado, apresenta muitos desafios. O uso deste documento prescritivo deve modificar a forma como muitos professores planejam as suas aulas e ensinam seus alunos. Como qualquer grande modificação, a implementação da BNCC está causando dúvidas e opiniões por parte dos professores.

Em formação pedagógica com todos os professores de 1º ano da rede do município que faz parte do estudo, realizada no início do ano letivo de 2019, com três horas e 30 minutos de duração, foi possível observar como alguns professores estão encarando a implementação desse documento. O evento foi realizado em horário de trabalho dos professores, em momento destinado à preparação de aulas.

A formação, intitulada “Conhecendo ainda melhor a BNCC – trabalho desenvolvido com os professores dos 1ºs anos da Rede Municipal de Ensino”, teve o objetivo de promover reflexão sobre o conceito e os objetivos da BNCC; pensar sobre as competências que a BNCC pretende desenvolver nos alunos; e criar modelos de planos de aula para suas turmas de 1º ano, unindo as disciplinas e as competências propostas pela base. Os planos de aula, preparados por duplas e trios de professores, foram apresentados ao final do evento. A proposta foi despertar nos professores uma reflexão maior sobre o seu trabalho docente a partir das ideias da BNCC.

Desde os primeiros relatos dos docentes que participaram da formação anteriormente referida, percebeu-se que havia opiniões divergentes por parte dos docentes sobre a BNCC. Os professores a favor da Base estavam pensando no contexto do Brasil como um todo, que apresenta muitas discrepâncias em relação aos métodos de ensino utilizados e aos conteúdos abordados no primeiro ano. Eles alegaram que os alunos deveriam sair do 1º ano do Ensino Fundamental alfabetizados e já entrar no 1º ano com noções de leitura e escrita. Para eles, o professor deveria buscar alternativas para que isso acontecesse, adaptando os conteúdos propostos pela Base às diferentes realidades.

No entanto, a maioria dos professores, mesmo concordando que o aluno deve sair do 1º ano lendo e escrevendo, alegou que muitas lacunas ainda deveriam ser preenchidas antes que a BNCC fosse implementada de fato. Segundo eles, um problema é o livro didático, que ainda não está totalmente adaptado às metodologias verificadas na Base. Um exemplo é o fato de o livro ainda ser separado por disciplinas

isoladas e não trabalhar as competências que se espera que os alunos adquiram ao longo do seu percurso escolar, como, por exemplo, pensamento crítico, repertório cultural, cultura digital, projeto de vida, autoconhecimento, empatia, responsabilidade, cidadania etc.

Outro aspecto relatado pelos docentes é que eles não foram orientados sobre como trabalhar de forma interdisciplinar, já que, para o desenvolvimento das competências esperadas imagina-se que se deva trabalhar em grupos de professores, pois cada um tem uma formação diferente. No caso de trabalhar repertório cultural, por exemplo, o professor de 1º ano normalmente não tem formação em arte e história, importante para o desenvolvimento de um trabalho mais efetivo. Os professores, sob essa perspectiva, expuseram que a Base tem um texto bastante interessante e atrativo, mas que carece de mais orientações para ser usado da forma como entendem que seja necessária.

Foi pensando nos desafios do trabalho desses professores, que deve se estender aos demais docentes, que se optou por realizar estudo semelhante ao de Bronckart e Machado (2004), porém selecionando apenas alguns aspectos de sua análise. A diferença é que Bronckart e Machado (2004) desenvolveram seus estudos a partir de outro documento prescritivo, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), e, neste estudo, a BNCC é foco de análise. Segundo os autores, nas três últimas décadas, a didática, no campo do ensino de línguas, se apropriou de noções e métodos de novas teorias gramaticais e de abordagens textuais e discursivas, que se inseriram em três níveis do ensino: dos programas; dos instrumentos de ensino, nos quais estavam a construção dos planos de aula (sequências didáticas); e procedimentos de avaliação. Nessa fase, houve uma redefinição dos projetos de ensino das línguas, com a preocupação em se analisar o que realmente ocorre em sala de aula. No entanto, o plano geral das sequências foi rapidamente abandonado. Havia um grande distanciamento entre os projetos e a realidade, pois, até aquele momento, a disciplina era centrada, especialmente, no aluno. A partir daquele momento, percebeu-se a necessidade de se interessar também pelo que os professores fazem na aula, pela realidade do trabalho educacional, ou seja, houve uma reorientação da didática (Bronckart; Machado, 2004).

Dessa forma, conforme é observado no estudo de Bronckart e Machado (2004), começou a ser vista a importância de que o foco do ensino e da aprendizagem se desviasse também para o professor. Assim, no presente trabalho, a partir do que foi

observado na formação de professores descrita anteriormente, é importante que o docente também seja tratado como destaque nesses processos inerentes a sua profissão. Este precisa estar preparado para saber como realizar o que está prescrito tanto na BNCC quanto nos demais documentos prescritivos.

3 O TRABALHO DO PROFESSOR E A BNCC

Partindo da ideia de Bronckart e Machado (2004) de que o trabalho se constitui de discursos e que esse conjunto de discursos faz com que a relação entre linguagem e trabalho seja compreendida, analisaremos algumas características da BNCC, por se tratar de documento produzido pelo governo brasileiro, considerado texto de trabalho prescrito.

Cabe ressaltar que há uma diferença, segundo Bronckart (2006), entre trabalho prescrito e trabalho real. O trabalho prescrito está predefinido em documentos produzidos pelas instituições, com instruções, modelos, modos de emprego, programas e assim por diante. O trabalho prescrito, portanto, representa o que deve ser o trabalho, anteriormente a sua realização. O trabalho real caracteriza as diferentes tarefas que os trabalhadores realizam em situação concreta. Nesse caso, a BNCC seria um exemplo de trabalho prescrito, e as atividades do professor em sala de aula são exemplos de trabalho real.

A reorientação didática, mencionada no item 2, reforçada pelos trabalhos da ergonomia francesa europeia e de corrente recente derivada desta é chamada análise do trabalho. Essa ergonomia contemporânea mostra as diferenças existentes entre o trabalho prescrito e o trabalho real, enfatizando que há um desconhecimento generalizado das características do trabalho real (Bronckart; Machado, 2004).

De acordo com a BNCC (Brasil, 2019: 89), no Ensino Fundamental, Língua Portuguesa, anos iniciais, está previsto o trabalho com os seguintes eixos:

Oralidade: aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais;

Análise Linguística/Semiótica: sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos;

Leitura/Escuta: amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva

incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais.

Espera-se que, conforme a BNCC, nos anos iniciais (1º e 2º anos), a criança se alfabetize.

Nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (Brasil, 2019: 63).

Percebe-se, nas citações anteriores, o cunho prescritivo do documento. Sem nenhum direcionamento direto ao professor, são utilizados verbos que determinam o que o professor deve fazer: aprofundar, sistematizar, desenvolver, ampliar, além do “dever” de focar no processo de alfabetização. Observa-se que, em nenhum momento, é previsto o trabalho real do professor, sabendo que, em um amplo contexto, como o brasileiro, o trabalho real certamente influenciará bastante no resultado da aprendizagem.

Bronckart e Machado (2004) acreditam que analisar textos referentes ao trabalho do professor pode contribuir para melhor compreensão sobre o seu trabalho, em relação ao seu agir concreto ou em relação às representações que se constroem socialmente sobre ele. Os autores consideram importante analisar textos orais e escritos da rede discursiva que se constrói sobre uma determinada atividade, com o intuito de compreender a natureza e as razões de ações verbais e não verbais realizadas, além do papel desempenhado pela linguagem.

Conforme Bronckart e Machado (2004: 136),

Compreender as ações efetivamente desenvolvidas pelo professor, sua configuração, as representações sobre sua motivação, sua finalidade, a responsabilidade que ele aí assume implica assumirmos também que é a análise dessa rede discursiva que pode nos trazer a sua compreensão.

Os autores propõem que os textos sobre o trabalho educacional sejam analisados por meio de dois tipos de procedimento: o analítico, o linguístico-discursivo e o interpretativo, com base em categorias de uma semântica do agir. Dentre os procedimentos de análise linguístico-discursivos, estão o contexto sociointeracional de

produção, as características globais dos textos e a infraestrutura textual (Bronckart; Machado, 2004).

Neste artigo, não serão consideradas a análise e reconstituição histórica da BNCC, com suas características de contexto sociointeracional de produção, já descritas em parte neste artigo. Também não serão analisadas as características globais do documento, como o tipo de suporte, capa, título, gênero etc. Em contrapartida, será realizada uma breve análise do texto da BNCC em relação a sua infraestrutura textual, de acordo com Bronckart e Machado (2004).

3.1 INFRAESTRUTURA TEXTUAL DA BNCC

Nesta investigação sobre a infraestrutura da BNCC, pode-se observar uma organização em plano argumentativo, pois o produtor aborda seu objeto de discurso como controverso, quando o destinatário pode apresentar outro posicionamento. Nesse caso, da mesma forma que Bronckart e Machado (2004) verificam nos PCNs, na Base são apresentados argumentos para que as asserções sejam aceitas pelos destinatários. Como exemplo, na apresentação da BNCC, aparecem as suas motivações gerais, como sendo um “documento completo e contemporâneo” (Brasil, 2019: 5) que prepara o estudante para o futuro. Além disso, em ambos os documentos são mencionadas as suas finalidades e condições de realização.

A apresentação do documento pelo Ministro da Educação lembra que essa nova versão, com a inclusão do texto referente ao Ensino Médio, dá sequência à adequação dos currículos e propostas das escolas brasileiras, com o conjunto de aprendizagens essenciais, desenvolvido por meio de competências gerais. O propósito da Base é alterar o quadro de desigualdade da educação básica brasileira, influenciando a formação inicial e continuada dos professores, a produção dos materiais didáticos, dentre outros (Brasil, 2019).

Na introdução do documento, outro aspecto abordado por Bronckart e Machado (2004) dentro do plano global da infraestrutura textual pode ser observado. Esse aspecto refere-se às condições de realização da Base. No item intitulado “Base Nacional Comum Curricular e regime de colaboração”, consta que sua formulação foi coordenada pelo MEC, com a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, após consulta à comunidade educacional e sociedade.

Além disso, ao analisar o trabalho do professor, é relevante levar em consideração o seu agir, pois o senso comum diz que o trabalho é um modo de agir, uma prática própria da espécie humana. Assim como nas outras espécies socializadas, na espécie humana, são realizadas atividades coletivas. Estas asseguram a sobrevivência dos grupos, mas são complexas e diversificadas, algumas das quais com objetivo de produção de bens materiais, chamadas de atividades econômicas (Bronckart, 2008). O trabalho do professor, por sua vez, é considerado um trabalho coletivo, produz bens materiais e depende do seu agir.

Ao se fazer uma leitura em relação ao agir na BNCC, há uma interessante compreensão global do documento, da mesma forma como é observado em Bronckart e Machado (2004), em relação aos PCNs. Os autores citam o agir-prescritivo e o agir-fonte. Na BNCC, o agir-prescritivo é verificado no ato oficial de apresentação do documento pelo Ministro da Educação, que demonstra as finalidades desse agir, conforme apresentado anteriormente.

O agir-fonte, observado em Bronckart e Machado (2004), é mencionado no trabalho de produção da BNCC, na menção dos actantes desse agir, que são “especialistas de todas as áreas de conhecimento”, também passando por “amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil” (Brasil, 2019: 5).

Observa-se também que o documento, no subtítulo “Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – anos iniciais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades” (Brasil, 2019: 89), apresenta uma orientação argumentativa, já que a fonte e os destinatários estão submetidos a determinações externas, provenientes de fatos que são indiscutíveis (Bronckart; Machado, 2004). Como exemplo, pode-se considerar o uso de metodologias que vêm sendo utilizadas de forma satisfatória nos últimos anos, entre as quais está o uso de gêneros textuais/discursivos. Nos anos iniciais, pelo fato de os alunos estarem no início do processo de alfabetização, são abordados gêneros mais simples, que estão presentes na vida cotidiana dos alunos e são menos complexos, como listas, convites, bilhetes etc.

Outro aspecto importante de caráter argumentativo, que também pode ser comparado à análise dos PCNs, realizada por Bronckart e Machado (2004), é a seriedade da produção da BNCC, que, ainda em sua introdução, afirma que foi um trabalho longo, com a participação de professores e estudiosos. Essa seriedade tem relação com a projeção do trabalho, que, assim como os PCNs, é de caráter nacional, e promete que o professor terá um trabalho de sucesso a partir do uso do documento

como norteador de seu trabalho. Na BNCC, o uso do verbo “garantir”, visto no exemplo “o componente curricular de Língua Portuguesa deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas” (Brasil, 2019: 86), reforça essa promessa.

Também em relação ao agir, tanto nos PCNs, conforme Bronckart e Machado (2004), quanto na BNCC, os actantes são os produtores dos textos, os professores que receberam os documentos e os professores que participaram da elaboração/revisão dos documentos. Os atores são os produtores dos textos. Na BNCC, os atores são os especialistas das áreas de conhecimento, que apresentam intencionalidades explícitas; e os educadores e sociedade do Brasil, que debateram sobre o documento, todos com capacidades positivas para as produções.

No entanto, os professores destinatários da mensagem, no caso do presente estudo, os professores de Língua Portuguesa do 1º ano ou professores alfabetizadores, são apresentados como agentes, pois não são atribuídas a eles intenções nem capacidades próprias. Eles são mostrados como participantes futuros de atividades previstas pelos documentos, como a do agir prescrito (Bronckart; Machado, 2004).

Além disso, a BNCC demonstra preocupação com a formação dos professores que trabalharão com este documento, mas não apresenta como essa formação irá acontecer, assumindo que essa é responsabilidade da União:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC (Brasil, 2019: 21).

O que se espera é que o trabalho do professor não seja esquecido, pois de nada adianta ter um documento completo que, conforme ele mesmo diz, garante o sucesso escolar, se a formação dos professores não der conta de prepará-los para usar esse material em aula. Ou seja, não adianta prescrever o trabalho a ser desempenhado, se o trabalho real não tem como ser realizado.

Para que a BNCC seja utilizada com propriedade pelos professores, a formação docente precisa adequar-se a ela. Desse modo,

as incongruências decorrentes da concepção iluminista presente na Base impõem aos professores limitações não somente quanto aos objetivos político-

educacionais pretendidos, mas distorcem também a perspectiva de que os conhecimentos tradicionalmente ensinados pela escola passem a se dar de forma integrada e desfragmentada (Marchelli, 2017: 59).

Seria interessante, conforme também mencionado por Marchelli (2017: 57), que houvesse, nas diretrizes nacionais, “a carga horária e a sistemática específica das atividades interdisciplinares dentro da estrutura curricular comum aos PPC” (Planos Pedagógicos de Curso) “das licenciaturas, constituída pelo núcleo de estudos básicos, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e núcleo integrador das disciplinas”.

Assim, tanto a formação inicial como a continuada não devem ser esquecidas, pois, de um lado, os professores em formação devem estar aptos a dar conta da compreensão dos documentos prescritivos para saber fazer o melhor uso deles. De outro lado, os professores já formados também precisam ser capazes de utilizar os documentos prescritivos em suas práticas cotidianas e variadas, tanto de acordo com a região em que trabalham, como conforme a época em que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe uma breve reflexão sobre a BNCC em relação ao trabalho do professor. O docente deve trabalhar para que os alunos saiam do 1º ano do Ensino Fundamental lendo e escrevendo, estar a par das novas teorias e formas de ensinar, além de saber lidar com as diferentes realidades dos alunos.

No entanto, ainda se percebe certa insegurança de professores que participaram da formação docente realizada no início de 2019. Parte dessa preocupação está na implementação da BNCC em suas aulas. Muitos deles relataram que sentem dificuldades em relação ao uso do livro didático, pois não está em conformidade com as propostas da BNCC, principalmente por não estar organizado de forma interdisciplinar.

Ainda que os relatos de alguns docentes demonstram reações contrárias ao esperado com a implementação da BNCC, o documento surgiu para auxiliar os professores em relação ao que deve ser ensinado em cada ano escolar, para nortear o seu trabalho. Espera que a formação inicial e continuada dos professores, usuários da BNCC como texto prescritivo, realmente ocorra, para que a qualidade do ensino brasileiro de fato melhore a partir do uso desse documento.

Além disso, os assuntos abordados pela BNCC não devem limitar as práticas docentes, mas auxiliar os professores em seus planejamentos, nunca esquecendo das realidades regionais.

Não há dúvidas sobre a importância da formação docente para que o trabalho do professor seja realizado em consonância com os documentos propostos pelo governo. De nada adianta prescrever um trabalho perfeito, sem que haja todas as condições para que ele seja realizado. Os professores precisam ter ciência de que a formação contínua é essencial, o governo (em todas as suas instâncias) e as instituições são responsáveis por gerar e colaborar nas oportunidades de aperfeiçoamento constante dos docentes.

Como membros de instituições que formam professores, é importante que estejamos sempre a par das metodologias e dos documentos prescritos, ocupando-nos de mostrar aos docentes, por meio de teorias e práticas, as melhores formas de lidar com o trabalho real ou cotidiano. Com tais ações, o trabalho do professor reverterá em contribuições diretas para seu agir e para a aprendizagem de seus alunos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; DAMACENO, Taysa Mercia dos S. Souza. Desafios do BNCC em torno do ensino de língua portuguesa na educação básica. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 7, 2017, p. 83-92

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>> Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>> Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos

parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2019.

BRONCKART, Jean-Paul. Porque e como analisar o trabalho do professor. In: MACHADO, Anna Rachel; MATÊNCIO, Maria L. Meirelles (orgs.). **Atividade de Linguagem, Discurso e Desenvolvimento Humano**. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 203-230.

BRONCKART, Jean-Paul. O trabalho como agir e a formação pela análise do trabalho. In: BRONCKART, Jean-Paul. **O Agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. São Paulo: Mercado das Letras, 2008, p. 93-108.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualidade em Educação. **Nuances**, São Paulo, v. 17, n. 18, p. 15-31, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/721/735>>. Acesso em: 05 maio 2019.

MACHADO, Anna Rachel; BRONCKART, Jean-Paul. Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: Anna Rachel MACHADO. (Org.). **O ensino como trabalho**: uma abordagem discursiva. Londrina: EDUEL, 2004, p. 131-165.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Base Nacional Comum Curricular e formação de professores: o foco na organização interdisciplinar do ensino e aprendizagem. *Revista de Estudos de Cultura*, n. 7, 2017, p. 53-70.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018.

Recebido em 27 de junho de 2019.

Aceito em 20 de agosto de 2019.